

AJ06878

Gazeta, 17 maio 80

E 1980

# Governo não tem planos para ajudar Rio Marinho

O subsecretário da Cultura e do Bem Estar Social, Tasso de Castro Lugon, declarou, ontem, que a questão dos 20 mil invasores de uma área do bairro de Rio Marinho, no município de Cariacica, não faz parte das prioridades de atendimento às populações carentes e de baixa renda. Descartou a possibilidade do governo estadual participar da licitação para venda da propriedade, a fim de adquiri-la e oferecer condições para a permanência dos ocupantes no local, dizendo que "não é essa a função do Estado".

A propriedade invadida em Rio Marinho está ainda sob o domínio do Banco Ipiranga S/A, que está em fase de liquidação e sob intervenção do Banco Central, mas pode vir a ser transferida para a União, conforme admitiu o advogado Antonio Luiz Horta, encarregado de representar na Justiça uma ação de reintegração de posse do terreno. A esse respeito, o subsecretário Tasso Lugon acentuou que o governo irá aguardar primeiro a decisão judicial sobre a questão, para então se posicionar em relação ao aspecto social".

Enquanto isto, os 20 mil invasores correm o risco de serem expulsos da propriedade de Rio Marinho. Isso depende, somente da Justiça de Cariacica aceitar o pedido de reintegração de posse, que será interposto pelo advogado Luiz Horta, ainda este mês, conforme revelou. Nessas circunstâncias, Tasso Lugon, não definiu qual seria a atitude do governo do Estado frente a todos os ocupantes daquela área.

## RELATÓRIO

Dizendo que o governo "está preocupado com a situação de Rio Marinho", Tasso de Castro Lugon informou que, recentemente, foi deslocado para aquela área um grupo de assistentes sociais, que constatou a situação existente e fez um relatório a respeito. "Com base neste relatório nós temos conhecimento do que está acontecendo lá, mas só não podemos nos definir imediatamente quanto ao procedimento que será adotado", declarou.

Por outro lado, revelou que está em desenvolvimento um programa de atendimento às populações carentes e de baixa renda do Espírito Santo, que compreende implantação de lotes urbanizados, casas do tipo embrião e aquisição de terreno (como se cogita em Flexal, Cariacica), seguindo diretriz do Promorar. Nesse programa foram definidas 22 prioridades, das quais quatro foram consideradas de maior urgência, atingindo áreas invadidas em Flexal, favelas de Pé Sujo (em São Mateus) e do Pó (em Linhares), e Santa Rita, em Vila Velha.

Nas quatro áreas será implantado o Promorar, e, segundo Tasso Lugon, "pode se estudar a transferência de parte daquele pessoal para os locais que serão beneficiados com o programa". Contudo, deixou claro que, imediatamente, nada será feito sobre o problema, mas só após uma definição jurídica a respeito da questão.

## RECURSOS

Sobre a possível participação do governo do Estado, através da Cohab-ES, na compra da propriedade invadida em Rio Marinho, Tasso Lugon afastou a hipótese, alegando que "o Estado não tem recursos para atender esta situação, e esta não é sua função".

Logo após fazer tal declaração, o subsecretário da Cultura e do Bem Estar Social recebeu uma ligação telefônica do presidente da Cohab, Wantuir Zanotti, que antes negou-se em fazer qualquer comentário a respeito da situação dos invasores de Rio Marinho. Na conversa entre ambos, Lugon perguntou se estava mantido o resultado da última reunião que tiveram, discutindo-se a respeito de Rio Marinho. Após isso, voltou-se para o repórter e ratificou o que havia dito antes.

Ainda sobre Rio Marinho, o subsecretário Tasso Lugon declarou que, "cada vez que o governo atua intempestivamente em situações como a de Cariacica, pode provocar o incentivo a novas invasões de terras e, consequentemente, o distúrbio social".